



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
Brasil

Prudêncio de Mera, Claudia Maria; Mielitz Netto, Carlos Guilherme
A Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: Análise Sob a Perspectiva dos
Segmentos Rurais
Desenvolvimento em Questão, vol. 12, núm. 27, julio-septiembre, 2014, pp. 216-263
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75232113009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS:

Análise Sob a Perspectiva dos Segmentos Rurais¹

Claudia Maria Prudêncio de Mera²

Carlos Guilherme Mielitz Netto³

Resumo

No intuito de estudar a temática da diminuição da população rural, objetivou-se nesta pesquisa analisar os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí/RS relacionados com a diminuição da população rural. O campo empírico do estudo foram os 14 municípios da região do Alto Jacuí, por meio do recorte espacial metodológico do Corede Alto Jacuí. Foram realizadas 51 entrevistas com os responsáveis pelos segmentos rurais nos municípios. A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo. Assim, a descrição dos dados da pesquisa apresentam extratos retirados diretamente das anotações originais. Os resultados da pesquisa indicam que esta região tem alcançado expressivo desenvolvimento agrícola e consequente desenvolvimento de outros setores econômicos. Por outro lado, este modelo não tem conseguido desenvolver o meio rural, pois não depende fundamentalmente da população rural para sua consolidação. A inviabilidade de pequenos produtores e consequente busca por melhores condições de vida no meio urbano, o investimento em aquisição de novas áreas em razão da necessidade de economia de escala, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, tendo como fio condutor o elevado preço da terra.

Palavras-chave: População. Rural. Desenvolvimento. Migração.

¹ Parte da tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

² Bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Extensão Rural (UFSM) e doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Docente do CCSA da Universidade de Cruz Alta. cmera@unicruz.edu.br

³ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). mielitz@ufrgs.br

THE RURAL POPULATION DECREASING IN THE REGION OF HIGH JACUÍ/RS: Analysis Under The Rural Segments Perspective

Abstract

In the intention to study the theme of the rural population decreasing, the goal it aims in this research to analyse the identifying factors with the model of agricultural development of Cruz Alta/ RS region related with the decreasing rural population. Specifically, it intended to describe the country workers that abandoned the rural zone and the agriculture, it contributing, then to the rural population decreasing; to analyse the socioeconomic and productive situation of the rural producer, before and after the rural zone migration; to identify and analyse which factors and in what way, besides the productive agricultural activity have contributed to the rural population decreasing. The empirical setting to the study were the 14 municipal districts from the Cruz Alta region, through the methodological cropping from Cored Alto Jacuí. Were performed 51 interviews with those responsible for segments in rural municipalities. The analysis of the qualitative data was fulfilled by the method of analysis of the content, so, the description of the research data presents extracts directly taken from the original annotations. The results of the research indicate that the region has reached expressive agricultural development and consequent development of other economic sectors. On the other hand, this model hasn't developed the rural environment, because it doesn't fundamentally of the rural population to its consolidation. The individuality of small producers and consequent search for better life conditions in the urban environment, the investment in the acquisition of new areas due to the need for economy of scale, the output of the youthfals and retired elderlies to the city from their municipal district seems imply a natural process in that model of development, it having like conductor wire the elevated price of the land.

Keywords: Population. Rural. Development. Migration.

A dimensão demográfica tem feito parte do debate sobre o desenvolvimento econômico, principalmente no que concerne aos efeitos da diminuição e aumento da população rural. A discussão permeia entre a concepção que defende a permanência do agricultor na atividade rural e os desajustes no que diz respeito à diminuição dessa população. Por outro lado, discute-se essa diminuição como uma decorrência normal do deslocamento do centro dinâmico de uma economia em desenvolvimento.

Algumas razões são apontadas como causas da diminuição da população no meio rural, o que pode ser compreendido como um movimento em duas direções: a procura por melhores condições de vida e o processo de expulsão. Nesta segunda direção está o processo de modernização agrícola, a rigidez da estrutura fundiária e as dificuldades impostas a outras formas de acesso à terra, dificultando a permanência dos que estão na atividade e a instalação de novos agricultores no meio rural. Segundo Graziano da Silva (1998), a estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, dificultando qualquer tipo de acesso à terra aos trabalhadores rurais brasileiros.

Utilizando critérios específicos, os estudos de Veiga (2003) mostram que nos últimos anos, em metade dos municípios com características rurais no Brasil, não houve uma diminuição acentuada da população rural, como registrada nos períodos anteriores, percebendo-se ainda que em alguns municípios ocorreu um aumento populacional superior ao registrado em áreas urbanas. Esta mesma análise é feita por Schneider (2002), mostrando que, atualmente, a redução da população rural é sensivelmente menos significativa que as das décadas anteriores. Para o autor, a população rural reduziu seu ritmo de queda quando se percebe mais claramente a tendência à desaceleração da urbanização da população e ao aumento de pequena proporção da população rural. Também, segundo Kageyama (2008, p. 192), “desde os anos 70, a população rural brasileira vinha se reduzindo sistema-

ticamente, a taxas negativas crescentes até 2000. Mas no período 2001-2006 essa tendência inverteu-se, verificando-se um aumento da população rural brasileira de aproximadamente 4 milhões de pessoas”.

Nos últimos anos, a região do Alto Jacuí/RS, base empírica deste estudo, vem apresentando uma acentuada diminuição no número de pessoas residentes no meio rural. Os dados do IBGE (Instituto..., 2010) evidenciam esse declínio, e em alguns municípios de forma bastante acentuada, representando uma queda de 55,85% no somatório dos municípios de 1960 até 2010.

Para Aléssio (1981, p. 110), a queda na década de 60 e 70 deve-se principalmente à diminuição dos assalariados que residiam no meio rural. Segundo ele, “os modernos meios de comunicação e as facilidades de locomoção entrando no meio rural, juntamente com a máquina, criaram a ilusão da cidade, para onde se dirigiram levas de assalariados rurais à procura de melhores condições de vida”. Além disso, a valorização da terra desalojou posseiros que residiam em áreas menos produtivas e que antes eram abandonadas pelos proprietários.

Nos anos posteriores a 1980, o número de pessoas residentes no meio rural continua diminuindo, porém em ritmo menor. Contrariando a realidade de outros Estados e do país, no período de 2000 a 2010 este número diminui 20,74%, representando o maior índice desde 1960. No Estado esta queda é de 14,72% e no país 6,30% no mesmo período, segundo o IBGE (Instituto..., 2010).

Neste estudo, parte-se do ponto de vista de que a forma como se desenvolve a atividade agrícola condiciona em grande parte as demais estruturas da sociedade, o que permite afirmar que o sistema de produção determina a organização social e, conseqüentemente, o desempenho dos diferentes grupos de indivíduos que residem no meio rural.

É, pois, no modelo de desenvolvimento agrícola da região, baseado no modelo agrícola soja-trigo, que tem as suas variáveis centrais de reprodução determinadas por ações modernizadoras dos processos produtivos e

alicerçadas no aumento de produtividade, sendo determinado por critérios econômicos ligados restritamente à questão agrícola, que se procura buscar o “fio condutor” para a explicação dos fenômenos sociais, como a diminuição da população rural. Assim, o desenvolvimento agrícola adotado na região do Alto Jacuí é, por força das relações de produção e nas contradições que atuam no seu meio, fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam na diminuição da população rural.

Assim, diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a reconhecer quais os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola regional, relacionados com a diminuição da população rural da região do Alto Jacuí/RS.

Metodologia e Procedimentos do Estudo

Utiliza-se como universo de estudo a região do Alto Jacuí, sendo o recorte espacial utilizado pelo Corede – Alto Jacuí. A região está situada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2010), com uma área de 6.906,5 km², a população total é de 155.278 habitantes (84% urbana e 16% rural) e é composta de 14 municípios (Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Selbach, Santa Bárbara do Sul e Tapera). Os municípios que têm o maior número de habitantes são: Cruz Alta (65.819), Ibirubá (18.937), Não-Me-Toque (15.560), Salto do Jacuí (12.437), Tapera (10.530) e Santa Bárbara do Sul (19.022), os demais têm menos de 5.000 habitantes.

Para alcançar os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa descritiva a fim de identificar e analisar os fatores influenciadores na diminuição da população rural da região do Alto Jacuí (RS), e as possíveis relações com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado na região, procurando estabelecer vínculos entre variáveis contidas neste tema.

Para um maior aprofundamento da realidade empírica, esta pesquisa tem caráter qualitativo. O estudo dos dados qualitativos foi realizado pelo método de análise de conteúdo. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estra-

tégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. Os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada pelo entrevistador e pelo entrevistado. Assim, a descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais. A apresentação dos resultados dos roteiros de entrevistas foi, então, operacionalizada procurando preservar cada palavra originalmente dita pelo entrevistado durante seu relato. Para operacionalizar a descrição e a análise dos dados, são apresentadas partes de algumas entrevistas.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada pesquisa de campo por intermédio de entrevistas semi-estruturadas. O período de realização das entrevistas foi de abril a dezembro de 2010, mediante visitas *in loco* do pesquisador em todos os municípios da região. Foram realizadas 51 entrevistas com os responsáveis pelos segmentos rurais no município (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais Patronais, Secretarias de Agricultura e Ematers). Também fizeram parte da pesquisa, considerados neste último número, o responsável técnico pelo escritório da Agência Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizado no município de Cruz Alta e os diretores comerciais das Cooperativas Cotribá (Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda.) e Cotrijal (Cooperativa Agropecuária e Industrial). No município de Salto do Jacuí, por não haver na época das entrevistas um secretário da agricultura, optou-se por entrevistar a Inspetoria Veterinária, que presta assistência técnica aos produtores do município e região. A Fundação Centro de Experimentação (Fundacep), a Cooperativa Triticola Taperense Ltda. (Cotrisoja) e a Cooperativa Central Gaúcha Ltda. (CCGL) foram convidadas a participar da pesquisa, porém não se pronunciaram a respeito.

Referencial Teórico

Embora haja diversas teorias sobre a população e o processo migratório e várias divergências entre elas sobre suas causas e consequências, Massey (1990, p. 4) afirma que “nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”.

Os pensamentos e teorias sobre a população foram se modificando ao longo dos séculos. Uma contribuição para esse tema encontra-se, principalmente, na teoria econômica social e em seus precursores. A percepção dos escritores mercantilistas contribuiu para alterar o quadro de pessimismo sobre a taxa de crescimento da população, surgindo os primeiros estudos populacionais mais consistentes, defendendo que um elevado contingente populacional era necessário para desenvolver a Revolução Industrial, pois diminuiria o custo do trabalho humano para a indústria. Para esta doutrina econômica, que caracteriza os séculos 16 a 18, além de outros princípios, a riqueza da economia depende do aumento da população e do incremento de metais preciosos.

As ideias mercantilistas foram contrariadas por um grupo de economistas franceses do século 18, denominados de Fisiocratas. Esta doutrina condenava o privilégio a outras atividades que não fosse a agricultura, considerando o produtor rural a classe social mais importante, uma vez que toda a população vive, em última instância, do produto do trabalho agrícola. O excesso de produção agrícola, além das necessidades, é que permite o desenvolvimento do comércio e da indústria. Sendo assim, a atividade agrícola tem mais capacidade de auferir renda do que as outras atividades, conforme defendiam os mercantilistas. O caráter científico da teoria econômica surge na Escola Clássica, conforme análise nos próximos itens.

A Teoria da Escola Clássica

As teorias precursoras da Escola Clássica encontram-se principalmente nas obras de Adam Smith (*A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*-1776) e David Ricardo (*Princípios da Economia Política e Tributação*-1817). Além destes, as teorias do economista inglês Thomas Robert Malthus, considerado um dos pensadores da escola clássica que mais se posicionou em relação à questão do aumento da população.

Entre as teorias que envolvem o crescimento da população, ou teorias demográficas, destaca-se a do inglês Thomas Malthus, publicada em 1798, surgindo, assim, uma reformulação do pensamento econômico sobre a população, influenciando outras bases teóricas e políticas salariais por quase um século. Malthus analisou a relação entre a produção de subsistência e a evolução demográfica nos Estados Unidos e na Europa, e concluiu que o crescimento populacional excedia a capacidade da terra de produzir alimentos. A visão de Malthus era de que a população tenderia a crescer, a não ser que fosse refreada pela miséria e pelo vício. Segundo Fusfeld (2001, p. 56):

Se a oferta de alimentos aumentasse, haveria um aumento equivalente da população até que a quantidade de alimento per capita tivesse voltado ao nível de subsistência, ponto em que o aumento populacional estagnaria. Os salários sempre tenderiam para o nível de subsistência. Qualquer aumento no salário que superasse tal nível apenas levaria a população trabalhadora a aumentar, o que faria com que os salários caíssem novamente para o nível de subsistência.

Em 1798 foi publicada, anonimamente, a primeira edição da obra *O Ensaio Sobre o Princípio da População*, na qual Malthus deixa transparecer seu posicionamento ideológico fatalista e seu pessimismo sobre o crescimento da população. Criticava as leis criadas pelo parlamento inglês, pelas quais os pobres seriam encaminhados para casas de trabalho ou albergues, recebendo o mínimo necessário para não morrer de fome, sendo atendidos estritamente na sua localidade, o que impediria que essas pessoas migrassem para outros locais em busca de trabalho. A Revolução Industrial e suas consequências serviram de inspiração para os ensaios de Malthus.

Segundo Celso Furtado (2000, p. 13), perante o dinamismo demográfico que se seguiu à rápida urbanização pós Revolução Industrial, o “princípio de população” formulado por Malthus parecia adequado, e toda elevação do salário real provocaria crescimento demográfico e seria anu-

lado por este crescimento. Na medida que a revolução industrial avança, possibilita o crescimento na produção de alimentos, refutando, em parte, as teorias malthusianas.

O conjunto de teorias denominadas neomalthusianas ampliou a análise econômica depois da 2ª Guerra Mundial, preconizando obstáculos ao desenvolvimento econômico pelo aumento da população e propondo políticas de controle de natalidade e planejamento familiar. Myrdal (1972) afirma que a teoria de Malthus tornou-se novamente relevante neste período, que grande parte das populações de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos vivem em nível de subsistência malthusiano e qualquer melhoria potencial nos níveis de renda enfrenta o perigo de ser devorada pelo aumento populacional. As estatísticas e as inovações tecnológicas, no entanto, principalmente agrícolas, não confirmaram essas teorias.

Uma das teorias mais importante de Ricardo era a que analisava a renda da terra e a sua ligação com o aumento do contingente populacional, tendo como base empírica a Inglaterra da segunda metade do século 19. Segundo Albuquerque e Nicol (1987, p. 4) o que preocupava Ricardo não era exatamente a relação entre a agricultura e o desenvolvimento, mas precisamente as inter-relações entre o crescimento populacional, uma agricultura tecnologicamente estacionária e uma indústria em crescimento. A ausência de desenvolvimento tecnológico no setor agrícola iria provocar rendimentos marginais decrescentes à medida que a população aumentasse, o que poderia frear a acumulação de capital, principal fonte de crescimento econômico, segundo Ricardo. Assim, haveria um limite na contribuição da atividade agrícola para o crescimento do resto da economia, pois, além do desenvolvimento tecnológico ser incipiente na época, o setor agrícola não tinha condições de absorver a tecnologia da mesma forma que a indústria, por exemplo. Para Ricardo, com o crescimento econômico de uma nação aumentaria a população, o que exigiria maiores extensões de terras cultivadas, a fim de alimentar esse contingente. Surge desta análise o conceito de Renda da Terra e Renda Diferencial.

Sandroni (1999) destaca que os economistas clássicos desenvolveram a teoria da renda da terra de forma diferente da descrita pelos fisiocratas, que a consideravam uma consequência da generosidade da natureza. Adam Smith concebia que a renda da terra era o preço pago ao dono da terra pelo produtor que a utilizava. A teoria desenvolvida por Ricardo sobre a renda da terra relaciona a escassez de terras férteis com a necessidade de terras para cultivo, dando à teoria uma reformulação clássica, baseando-se na Lei dos Rendimentos Decrescentes. Ricardo imaginou que o crescimento populacional tenderia a elevar o preço dos produtos agrícolas, o que demandaria a produção em terras menos férteis e de difícil localização. Por outro lado, aqueles proprietários de terras mais férteis teriam um lucro e renda maior e custos menores, pois o preço de mercado dos produtos agrícolas é igual para ambos os produtores. A diferença na renda dos produtores foi denominada, por Ricardo, de Renda Diferencial.

O modelo baseado na teoria ricardiana inspira as teorias da dependência indústria e agricultura, defendidas por Johnston e Mellor (1961). Segundo estes autores, a agricultura teria um papel a desempenhar no processo de desenvolvimento econômico e, portanto, indiretamente no crescimento dos outros setores, principalmente o industrial. Essa contribuição viria na transferência de recursos produtivos, criação de mercado, geração de dívida externa, produção de matérias-primas e de alimentos, além de mão de obra. Isso seria possível com o aumento da produção e da produtividade. Dessa forma, o crescimento econômico depende do desenvolvimento agrícola, e a modernização e industrialização do setor agrícola era condição essencial. O que pressupunha a teoria da Escola Clássica é que, desenvolvendo-se a agricultura, ocorre o crescimento da economia urbana que, por sua vez, vai ampliar o mercado para os produtos agrícolas, crescendo renda, população e estimulando uma especialização e uma acumulação de capital ainda maior.

Teoria Marxista

O modo de produção capitalista explica o crescimento populacional na teoria marxista, que exige um excesso da população (exército de reserva). Da mesma forma, está na migração a origem do capitalismo, quando o empobrecimento da nobreza europeia resulta na fuga dos camponeses para a cidade. A partir do século 13, estes passaram a enriquecer, criando manufaturas, bancos e se dedicando ao comércio em maior escala, além de contratação de mão de obra, substituindo o regime de servidão feudal pelo assalariado. Este processo de mudança é precedido de movimentos políticos e sociais ocorridos na Europa Ocidental, transformando a antiga sociedade aristocrática em uma sociedade capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia do liberalismo.

Marx e Engels, na obra *O Manifesto Comunista* (1988), afirmam que o capitalismo submeteu o campo ao domínio e dependência da cidade e aumentou a população das cidades em comparação com a do campo, suprimindo cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, concentrando a propriedade em poucas mãos. Na percepção dos autores, o camponês, enquanto grupo social, fatalmente desaparecerá com o avanço do capitalismo

A teoria marxista utiliza o meio rural e a atividade agrícola como parte integrante das suas análises sobre as relações sociais capitalistas. Para Abramovay (1999), não há escritos específicos de Marx sobre a questão agrária, e o campesinato não encontra lugar no corpo das categorias que formam as leis básicas do capitalismo, pois, se recebe lucro é capitalista, se recebe salário é operário, se recebe renda da terra é proprietário fundiário. Ou seja, Marx não considera possível a sobrevivência de qualquer forma diferente de organização social, sendo inevitável a diferenciação do campesinato (ou se assalaria ou se transforma em pequeno capitalista). Engels também previa ao campesinato apenas dois caminhos: ascensão à burguesia ou sua transformação em operário. Kautsky (1980) busca demonstrar a superioridade da grande

exploração capitalista sobre o camponês, portanto relativizando qualquer movimento político nesse sentido. Além disso, o principal argumento era da superioridade da grande propriedade, em termos de eficiência, perante a pequena propriedade. Havia ainda a vontade de enxergar o meio rural como homogêneo, para facilitar a construção do socialismo.

Resultados e Discussões

Neste item se analisa a temática da diminuição da população rural da região do Alto Jacuí/RS no que se refere às transformações que ocorreram na agricultura nos últimos anos: a diminuição da população na região e os fatores responsáveis por essa realidade. Essa caracterização é feita a partir da “visão” dos entrevistados, com a descrição pautada nos resultados que foram apresentados nas entrevistas, possibilitando, desta forma, uma visão mais clara da temática em estudo.

Transformações na Agricultura da Região nos Últimos Anos

Perguntou-se aos entrevistados se eles poderiam fazer um breve histórico das transformações que ocorreram na agricultura, nos últimos anos, no município. O período de tempo não foi estipulado propositalmente, com o objetivo de verificar a amplitude dos conhecimentos e quais fatos realmente eram perceptíveis para os entrevistados. Percebe-se que as transformações ocorridas na agricultura nos municípios da região do Alto Jacuí acompanharam as evoluções do setor primário nas demais regiões do Estado e país. De modo geral, as transformações históricas citadas pelos entrevistados deram-se pelas alterações conjunturais ocorridas no setor agrícola nos últimos anos. Alguns fatos marcaram essa conjuntura no parecer dos entrevistados, os quais são elencados a seguir.

Modernização Agrícola, Plantio Direto e Transgenia

Como marco inicial, pode-se afirmar que o plantio direto, a modernização e a biotecnologia foram transformações lembradas por todos os 51 entrevistados como mais impactantes, em um passado recente.

Esta descrição de um dos entrevistados resume o pensamento dos demais:

Inicialmente a agricultura deu-se através de ciclos: madeira, mandioca e trigo com aproveitamento da mão de obra familiar e sistema de mutirão, com a produção visando o mercado, destacando-se a produção de subsistência. A partir de 1970, a mecanização e modernização tornou-se presente, visando à produção de grãos, principalmente soja e trigo. Também o uso de agrotóxicos tornou-se inerente a essas atividades. Na década de 80, o desafio foi solucionar os problemas de erosão do solo, sendo que a partir da década de 90 expandiu-se o sistema de plantio direto. O sistema revolucionou o modo de plantio, assim como a chegada dos transgênicos na década de 2000. Hoje, o setor agropecuário está baseado nas produções: soja, milho, trigo, aveia, canola, linhaça, produção leiteira, suínos-integração e bovinos de corte em menor escala. Destaca-se o uso de alta tecnologia na condução dessas atividades, há também, em menor escala, a produção de subsistência, mas em uma escala bem menor (Emater de Colorado).

O sistema de semeadura direta consolidou-se a partir dos anos 90. Os entrevistados consideram esse novo modo de produzir mais econômico, mais otimizador dos recursos naturais, mais produtivo, menos trabalhoso, mais limpo, sustentável econômica, social e ambientalmente. A percepção da Emater do município de Quinze de Novembro corrobora a dos demais entrevistados.

A agricultura da região sofreu duas grandes transformações: 1º a mecanização praticamente em 100% das propriedades – tudo é mecanizado. 2º o plantio direto, também em quase 100% das propriedades praticam o plantio direto, melhorando consideravelmente a produtividade de nossas culturas.

Fica evidente que o plantio direto, a modernização agrícola e a biotecnologia, mediante o uso de sementes transgênicas, foram as grandes transformações lembradas por todos os entrevistados e de forma conjunta. Esses mesmos entrevistados divergem opiniões no que diz respeito às consequências dessas transformações. Para alguns, essas transformações são percebidas como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura, conforme destaca um dos entrevistados.

[...] mais recentemente, a agricultura passou por duas importantes evoluções. A primeira foi o plantio direto, que diminui o custo da produção e melhorou a conservação do solo. A outra foi a soja transgênica, que podemos dizer que a lavoura agrícola dividiu-se entre o plantio convencional e os transgênicos trazendo aumento da produção diminuindo agrotóxico no solo e melhorando muito o meio ambiente em relação à quantidade de animais silvestres (Prefeitura de Saldanha Marinho).

Houve grandes mudanças, principalmente no que diz respeito à tecnificação do setor, o que também mudou bastante o perfil do produtor rural, somente permanecendo na produção quem evoluiu com as novas tecnologias e principalmente no gerenciamento da propriedade. Aqueles que não aderiram a essas tecnologias acabaram por abandonar o setor, venderam ou arrendaram (Secretaria da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista do Cadeado).

Segundo outro entrevistado:

De acordo com o IBGE, Santa Bárbara do Sul é hoje o 4º município do Estado na produção de soja, o 5º na produção de milho, e o 28º na produção de trigo. Acreditamos, portanto, que as alianças das tecnologias do

plantio direto e transgênicos hoje existentes foram fundamentais para o processo de desenvolvimento da agricultura. Surgimento da soja RR impactando na competitividade da nossa principal cultura – a soja – e induzindo mudanças em toda cadeia de produção, da pesquisa do balcão do consumidor (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

Ainda:

Com certeza a transformação da região divide-se em três momentos: a Revolução Verde com a abertura de lavouras e plantio. A segunda é o plantio direto com a conservação do solo. A terceira são os transgênicos com a diminuição dos venenos, e agora se aproxima a quarta, que é a agricultura de precisão como um novo conceito na agricultura, onde várias ferramentas e tecnologia podem ser usadas para auxiliar e qualificar os tomadores de decisão na busca de minimizar as diferenças de produtividade entre as áreas e otimizar a locação dos recursos: certos, de forma certa, no local certo (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapera).

No município de Tapera, como em toda a região do Alto Jacuí, os principais avanços se deram no campo tecnológico, com a disponibilização de maquinário mais moderno e eficiente, assim como cultivares mais produtivas e resistentes a doenças. Isso refletiu em grande aumento de produtividade nas lavouras comerciais de soja e milho principalmente, mas também nas lavouras de trigo, cevada. Houve um crescimento em níveis de produtividade (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Enfatiza outro entrevistado: “A agricultura na região passou por transformações importantes, do plantio convencional para o plantio direto, uso de sementes geneticamente modificadas, informatização, geoprocessamento, agricultura de precisão” (Emater de Santa Bárbara do Sul).

Para alguns entrevistados, essas transformações ocorreram não somente no modo de produzir da região, mas também interferiram na sua estrutura agrária.

Nos últimos anos a agricultura passou por um processo de transformação através da modernização das estruturas produtivas, bem como o desenvolvimento das técnicas aplicadas na agricultura. Mecanização da agricultura, transgênicos, e em decorrência, concentração de terras, produtores vendendo propriedades no município e se deslocando para outras regiões explorar área (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara do Sul).

Sobre a transgenia, um dos entrevistados considera:

Veio a transgenia e migraram todo mundo para isso aí, lavraram seus poteiros e se atracaram a plantar, terminaram com suas vacas, venderam ou carnearam, aí depois o valor do grão se foi lá para cima e todo mundo ficou sem os seus animais, ficou sem as suas pastagens. Aí depois o grão baixa de novo, aí o pessoal quer voltar porque o leite tem um preço bom, e acaba fazendo um investimento grande na propriedade, comprando vaca e ordenha e refazendo toda uma estrutura porque o leite estava num preço bom, depois o leite baixa para R\$ 0,20 o litro, aí o pessoal vende tudo de novo. Compra a vaca por R\$ 800 e vende por R\$ 300 (Sindicato dos Trabalhadores de Cruz Alta)

Sobre o plantio direto, grande parte dos entrevistados considera que este sistema acarretou diminuição da necessidade de mão de obra no meio rural, conforme destaca o representante de um dos segmentos rurais:

Acredito que o que deu início à transformação no meio rural foi o plantio direto. Com ele houve necessidade de novas máquinas e principalmente de herbicidas para o manejo das invasoras e manutenção da palha. Antes as lavouras empregavam um grande número de pessoas, para as várias atividades que envolviam o plantio convencional. As famílias da agricultura familiar trabalhavam juntas, tinham mais oportunidades para conversarem, planejar os trabalhos, etc. As médias e as grandes propriedades demandavam bastante mão de obra. Com a adoção do plantio direto, começaram a liberar mão de obra, muitas famílias vieram para a cidade ou passaram a buscar outros locais que lhes pudessem oportunizar trabalho (Emater de Fortaleza dos Valos).

A percepção dos entrevistados deixa evidente que a modernização agrícola acarreta uma mudança de ordem cultural e simbólica, sendo percebível quanto à conceituação e aceitação de ser agricultor familiar/agricultor granjeiro, especialmente os produtores com mais recursos, no tocante à disponibilidade de terra e maquinário. Um dos entrevistados sintetiza as demais opiniões: “[...] eles não se sentem agricultores familiares e até rejeitam esta nomenclatura, situando-se na condição de granjeiro/produtor rural. Observa-se claramente em relação à filiação sindical – Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Sindicato Rural” (Emater de Tapera).

Fatores Responsáveis pela Diminuição da População Rural na Região

Há um consenso entre todos os entrevistados de que a população rural na região diminuiu e, conforme descrito no item anterior, é tema lembrado como importante fator na transformação da agricultura da região. O evento da modernização agrícola, acentuada nas décadas de 70 e 80, explica a diminuição da população rural neste período. Questionam-se, no entanto, os motivos pelos quais essa população continua diminuindo no período atual. A descrição a seguir, de um dos segmentos entrevistados, resume a percepção dos demais.

A população rural tem reduzido significativamente, a migração concentrou-se na década de 80 e 90, em menor escala a partir de 2000, especialmente a migração com destino ao Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso). O motivo foi adquirir terras para que as famílias pudessem nelas trabalhar, eram famílias com muitos filhos e na divisão caberia pequena área a todos. Hoje, o êxodo rural ocorre de forma mais acentuada entre os jovens, muitas famílias incentivam os filhos a fazer curso universitário, na maioria não migram mais para o meio rural. Todavia, após formados, alguns jovens permanecem junto as propriedades. Observa-se também que a mão de obra está ficando escassa. Muitos pais dizem aos filhos: vai

estudar “não quero que tu sofras como nós”. Outros jovens não migram por não terem qualificação. Os aposentados também não ficam (Emater de Colorado).

A falta de discussão sobre essa temática é apontada pelos entrevistados como uma questão importante. A discussão de qual modelo de desenvolvimento agrícola é o mais adequado para a população rural, ou quais poderiam compor uma gama maior de opções, simplesmente não acontece na sociedade. Tanto os agricultores envolvidos ou mesmo os excluídos do processo quanto universidades, imprensa, assistentes técnicos, extensão rural, etc., não conseguem estabelecer momentos de reflexão a respeito do caminho trilhado. “Por consequência, os poderes públicos, comodamente, também a ele não se referem” (Emater de Cruz Alta).

Apenas dois entrevistados afirmaram não perceber se houve diminuição do número de pessoas no meio rural em seus municípios. “Em nosso município a realidade é diferente, na última década talvez tenha aumentado o número de habitantes. Podem ter colaborado para isso programas municipais com saúde e federais com crédito fundiário” (Emater de Boa Vista do Cadeado).

Também, segundo a Emater de Boa Vista do Incra, a diminuição não é percebida de forma expressiva, mas, na falta de alternativas de trabalho local, os filhos de produtores estão buscando mercado de trabalho em cidades maiores, como Cruz Alta, por exemplo.

No município de Cruz Alta, especificamente, segundo entrevista com o responsável pelo escritório da agência do IBGE, houve um pequeno aumento, em 2010, da população rural, em razão da mudança da legislação em relação ao perímetro urbano, que diminuiu, portanto várias propriedades que estavam dentro da área urbana passam a ser consideradas rurais. Os dados do censo de 2010, no entanto, mostram que tem aumentado o número de domicílios vagos na área rural.

No censo agropecuário se levantou que há um número muito grande de residências abandonadas no meio rural. Se continuar assim, nos próximos 20 ou 40 anos não teremos mais o proprietário da terra na terra, os herdeiros não permanecem, serão cooperativas e empresas que vão administrar várias áreas de terras que vão passar parte do dinheiro para herdeiros que estão na cidade (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Um dos segmentos resume o que foi descrito individualmente pelos demais entrevistados, que são os fatores responsáveis pela diminuição da população rural nos municípios que compõem a região do Alto Jacuí, e que serão analisados nos próximos itens, por ordem de frequência com que foram lembrados durante as entrevistas.

A falta de renda da família rural, a alta tecnologia que é importante, porém cara para o agricultor, famílias com número reduzido de filhos, insatisfação do jovem no meio rural e população do meio rural com um grande índice de pessoas idosas, acredito que são os principais fatores responsáveis pela diminuição da população rural (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

Inviabilização Econômica dos Pequenos Produtores

Entre os motivos pelos quais os agricultores deixam o meio rural está, principalmente, a inviabilização econômica dos pequenos produtores, notoriamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. “A falta de planejamento das pequenas propriedades, as quais se inviabilizam, pois a mentalidade é baseada na monocultura de grãos” (Emater de Lagoa dos Três Cantos).

Nós ainda temos produtores pequenos que ainda insistem na produção de soja. Não que a soja não dá, mas deve ser um complemento. Se dá uma seca, o cara precisa de um ano para ter renda novamente, e ele vai

viver de que? E o leite também é prejudicado, mas na primeira chuva que dá em 15 dias ele recupera. E o agricultor hoje é especializado e ele sabe produzir. O que ele poderia fazer é conhecer um pouco mais sobre industrialização, se envolver mais nesta questão, tentar aprender sobre esta questão de comercialização (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Quanto às famílias com menores possibilidades em termos de área, observa-se a migração, ou para cidade ou outras regiões agrícolas, com o intuito de obter novas possibilidades de geração de renda. Caso a propriedade esteja estruturada para a produção de grãos, as pequenas áreas possuem mão de obra ociosa (Emater de Tapera).

Saem principalmente os pequenos agricultores que têm dificuldades de gerir recursos em pouca terra, e quando não bem planejados acabam inviabilizando a atividade, tendo de vender ou mandar os filhos trabalhar e estudar na cidade. Nestes casos geralmente as propriedades são vendidas a grandes produtores (Emater de Lagoa dos Três Cantos).

Em consequência da dedicação exclusiva à produção de soja, ocorre o aumento dos custos de produção e há a diminuição da renda no campo, em virtude das baixas margens de lucro. “[...] O problema está na falta de conhecimento e informação do produtor em busca de novas atividades diversificadas, que se adaptem a propriedades e que não precisam se valer do ganho de escala para sobreviver” (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Na concepção dos entrevistados, a inviabilidade dos pequenos produtores rurais pode ser corrigida pela diversificação, tanto na produção de leite quanto no beneficiamento de seus produtos. O que se percebe ao longo das entrevistas, porém, é que a lógica do mercado está prevalecendo e inviabilizando também essas alternativas. Essa questão é retratada na atividade leiteira, considerada por alguns segmentos como uma alternativa de renda para o pequeno produtor. Tem-se mostrado, no entanto, concentradora e excludente, como ocorre na avicultura e suinocultura. Além disso,

na percepção dos entrevistados, a aquisição de terras por grupos de fora do país é muito forte e rápida, e isso está acontecendo também no Rio Grande do Sul e região, na questão do leite, e não é para colocar indústrias, mas para comprar terras para o leite ou pôr terceiros para comprar terra.

[...] é recente o advento das fábricas de laticínios na região de Cruz Alta, Palmeira, Carazinho, Passo Fundo. Tínhamos uma perspectiva de permanência mais forte do agricultor no campo com o leite. [...] Gostaria, rezo, torço para que os produtores se mantivessem na propriedade com qualidade de vida, mas na minha concepção de avaliação, a lei de mercado e o mercado não trabalha com pequena propriedade. Na teoria econômica pode-se dizer que 60% da população é custo para o mercado. O mercado mostra claramente que precisa de mais área, mais tecnologia, com menos custos, e menos custo é excluir pessoas. Então está colocado, em qualquer atividade agropecuária, que o menor lucro é do produtor, e ele é apenas uma peça do mercado. Vai ter que produzir cada vez mais, e terá um lucro cada vez menor. [...] Para mim é claro que a aquisição de terras por grupos de fora do país é muito forte e muito rápida e isto está acontecendo também no Rio Grande do Sul na questão do leite, e não é nem para colocar indústrias, é para comprar terras pro leite, ou colocar terceiros para comprar terra, por que a Europa precisa de leite. O leite avança, mas não em pequena área. [...] É possível em pequenas áreas com pequeno plantel de leite, aumentar rapidamente a produção, mas com tecnologia, com tratamentos culturais. O mercado exige quantidade e produção cada vez mais rápida e cada vez maior, e a tua área é pequena e tem filhos para alimentar, e estamos pagando pouco ao produtor de leite. São Paulo paga muito mais (Agência do IBGE de Cruz Alta).

[...] Acho que o leite é uma opção de renda para os médios e pequenos produtores, mas por si só ele não resolve o problema, ele pode ser uma alternativa à soja, que está cada vez mais diminuindo seu lucro, até porque o que eu estou vendo no leite, é o que aconteceu com a cadeia do frango e dos suínos, é a concentração. Há dez anos dificilmente você achava um agricultor com 50 vacas. Hoje isso é tranquilo. Você vê uma concentração na produção de leite também. O leite é uma solução paliativa, pois com o tempo vai ocorrer a concentração. A diferença da soja é que ela tem uma

limitação de área. Por mais que cresça a tecnologia, tu não vai produzir 300 ha por área. E no leite é possível um agricultor com 30 hectares ser um médio produtor de leite, pois geralmente grandes produtores de leite tem 50 hectares. Existe um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que pode ser uma alternativa para o produtor, pode excluir outros. Em economia globalizada e capitalista o capital corre atrás de capital. [...] Esse modelo é concentrador (antes, dentro e fora da porteira) quem não acompanha e/ou consegue renda, ou seja, não atende essa lógica do mercado, desaparece do negócio (Emater de Saldanha Marinho).

Outro obstáculo apontado para que a atividade leiteira possa ser uma alternativa rentável ao pequeno produtor, mantendo-o no meio rural, está na falta de assistência técnica especializada para esta atividade, posto que as cooperativas e empresas agrícolas em alguns municípios da região estão voltadas e especializadas à produção de grãos. Percebe-se, no relato de um dos entrevistados, que, além da assistência técnica, o manejo inadequado das pastagens é também um obstáculo ao desenvolvimento da atividade leiteira na pequena propriedade.

Nos municípios de Quinze de Novembro, Ibirubá e Selbach há um trabalho de assistência técnica de cooperativas voltadas para o leite, e também já tiveram a experiência de trabalhar somente com soja. Aqui em Cruz Alta e alguns municípios vizinhos, não temos a nossa cooperativa. A Cotrimaio tem três técnicos para 17 municípios e a Emater tem apenas um técnico para responder toda a complexidade dos municípios, e a parte de assistência técnica de escritório é voltada para a agricultura. Nós não temos pessoas especializadas voltadas para a atividade do leite e o pequeno não tem como contratar uma assistência técnica particular. [...] Eu ponho hoje o bovino de leite com pastagem insuficiente com solo pobre e às vezes com restrição hídrica. Termina o ciclo da soja ele vai ter que fazer a pastagem e não tem um projeto, é aveia e azevém e pronto, aí não consegue se estabelecer, salvo uma meia dúzia. [...] Tem mais um agravamento, que está enraizado no produtor da região que criou um habito de culturas anuais, ele acredita em fazer uma lavoura de soja e depois entra em uma cultura anual de inverno de pastagem. [...] O

que acontece é que ele não consegue administrar uma lavoura forrageira, pois são assuntos bem distintos um é planejamento forrageiro o outro é planejamento de lavoura, quando se planta pastagens precisa todos os anos refazer a cultura e o custo operacional não é direcionado, então o que acontece ele acaba não tendo lucro, esse é o problema (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Também há a diferença de preço pago pelas empresas na aquisição do litro de leite. “Quanto mais produtos mais preço, quanto menos produto menos preço”. O preço é pago por qualidade e quantidade de volume produzido, o que inviabiliza a produção em alguns estabelecimentos rurais na percepção dos entrevistados, principalmente os pequenos produtores que necessitam fazer investimentos em modernização e tecnologia na propriedade. “A produção de leite é para os pequenos, mas a remuneração é por volume; quanto maior a produção, maior a bonificação. A questão da qualidade também é importante, o que torna inviável para alguns” (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Não existe na produção de leite uma estruturação forrageira, então o produtor não está estruturado. Infelizmente a realidade é essa, e pelo que se observa assim, através de uma amostragem que fizemos com a Emater, então o pequeno não tem renda. [...] no Estado de 1996 a 2006 há um incremento de produção de 50% e há uma saída de produtores na faixa de 33%, então os pequenos estão saindo e os grandes estão ficando cada vez mais grandes, mesmo com a produção de leite. [...] a indústria paga mais para quem tem mais qualidade, coleta o leite de alta qualidade pagando mais pelo leite e misturam o leite de baixa qualidade com o leite de alta qualidade. Alguma coisa errada tá acontecendo e alguém tem que esclarecer; então a indústria vai receber um leite teoricamente médio, daí a indústria logicamente vai dizer: nós pagamos mais para incentivar o produtor. O problema todo é que o pequeno produtor, quando ele investe em qualidade, não tem aumento de produção e ele tem que pagar o investimento. [...] Eu, por exemplo, conheço aí um produtor que fez

toda a instalação e aí ele desistiu e transformou a sala de ordenha em uma casa, pois a casa dele era de madeira e o local de ordenha era de alvenaria (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

De um modo geral, observou-se nos relatos a percepção de que conforme se obtém mais renda em alguma atividade econômica, mais ocorre uma tendência de concentração; é um paradoxo que está acontecendo na atividade leiteira, pois ao mesmo tempo em que pode ser uma alternativa para o produtor, ela pode excluir outros, como descreve um entrevistado:

O município de Salto do Jacuí possui diversas etapas. Por ter no município 5 assentamentos agrários, [...] grandes propriedades agrícolas com mais de 400 ha de terras, o município vem se transformando muito mesmo, plantando 18 mil hectares de soja, e nos assentamentos há uma mudança significativa nisso, alguns ainda estão plantando fumo. O que se destaca é o aumento de produção de leite, com o incentivo da inspetoria em cursos do Senar. Há grandes investimentos neste setor, e uma renda mensal, mesmo assim há muitas propriedades arrendadas para vizinhos, pais e filhos estão saindo do interior, na maioria das vezes devido à falta de lucro (Inspetoria Veterinária de Salto do Jacuí).

Também é percebida a concentração na suinocultura. “Com o desenvolvimento do trigo, milho e soja e diminuição da agricultura de subsistência, principalmente a suinocultura que hoje é produzida somente em grande escala” (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Segundo outro entrevistado:

Teve uma evolução no sistema de criação, sendo que em 2007 tínhamos 23 suinocultores integrados para 156 estabelecimentos na atividade. Embora o nº de estabelecimentos com suínos diminuiu, os que ficaram, principalmente os integrados, ampliaram e se qualificaram na atividade. Em 2007 eram 6.400 suínos, hoje esse número passa de 10.000, segundo levantamentos preliminares (Emater de Lagoa dos Três Cantos).

Outro motivo citado pelos entrevistados para a inviabilidade do pequeno produtor na sua atividade é a falta de recursos para partilha, quando ocorre o falecimento dos pais. Normalmente, a propriedade é pequena para a divisão e, além disso, o alto preço da terra inviabiliza a partilha. Segundo o relato dos entrevistados, o que normalmente ocorre, neste caso, é que a propriedade vai para inventário. Alguns decidem vender a área de terra e os outros, sem condição de compra, acabam vendendo também.

Quando o pai e mãe vêm a falecer e se divide a terra, devido ao alto custo da terra, sendo atrativo os valores, 25 mil à vista por hectare, é claro que para uma pequena propriedade de seis hectares, 150 mil reais à vista é atrativo. Mas isso acontece mais onde se trabalha só com soja. Os herdeiros vendem suas partes e migram para a cidade (Secretaria da Agricultura de Ibirubá).

Para os pequenos agricultores familiares quando na divisão da propriedade, ou da morte dos pais, fica insuficiente para a manutenção de uma família, os médios e grandes proprietários que oferecem valores tentadores para compra de pequenas propriedades e saem em busca de renda nos centros urbanos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara do Sul).

[...] os produtores contribuem para A diminuição da população; acontece quando produtores com pequena área de terras decidem vender sua propriedade com a ilusão de ir para outras regiões ou até mesmo para a cidade. Em nosso município o valor pago por hectare é consideravelmente elevado. Também acontece quando ocorre o falecimento de alguém da família e a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros sem condição de compra acabam vendendo também (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saldanha Marinho).

Nos relatos foi observado que os fatores que inviabilizam o pequeno produtor a permanecer na atividade, contribuindo para a diminuição da população rural, estão intrínsecos no próprio modelo de desenvolvimento agrícola da região.

[...] um dos principais fatores é o próprio modelo de desenvolvimento agrícola. Embora seja um setor importante na balança comercial brasileira, do jeito que está posto, provoca exclusão. Conforme o agricultor vai se capitalizando, as terras vão se valorizando e um acaba comprando a terra do outro, acho que esse fator talvez seja o principal, além de outros, como algum problema na gestão, na sucessão da propriedade familiar. Acaba os filhos indo estudar e outras profissões, ficando só os pais, que ficam velhos e acabam vendendo [...] (Emater de Saldanha Marinho).

[...] a contribuição não se dá só pela via da opressão econômica. Esta, via de regra, é apenas a consequência da consolidação do modelo. A contribuição se dá, fundamentalmente, pela aderência a um conceito de agricultura e/ou desenvolvimento (Emater de Cruz Alta).

Na minha opinião nenhum agricultor contribui para o êxodo rural. Ele vem acontecendo automaticamente, portanto é preciso que tenhamos a consciência que é o próprio modelo implantado hoje que é excludente e por isso acontece o êxodo rural (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Tanto a agroindustrialização quanto o Programa de Aquisição de Alimentos foram citados como alternativas para viabilizar a produção na pequena propriedade. Existem, no entanto, dificuldades para inserção do produtor; primeiro porque este não está adaptado às exigências que o Programa de Aquisição de Alimentos impõe, e também não está conseguindo se ajustar às exigências da legislação vigente do sistema de agroindustrialização.

[...] o programa de aquisição de alimentos pode ser uma alternativa para o pequeno produtor, se este se adequar. Nós temos dificuldade aqui para inserir este produtor, pois ele quer produzir o que ele quer. Mas ele tem que produzir o que o mercado quer. Ele quer produzir alface e quer que todo mundo compre alface, pois ele está acostumado a produzir (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

Os pequenos produtores poderiam agroindustrializar, porém tem um problema muito sério com a agroindústria, nós não conseguimos desenvolver a agroindústria, pois temos toda uma legislação a cumprir. É muito complicado. Então o produtor não consegue fazer uma indústria legalizada; no máximo ele vai conseguir o nicho local, então isso é um entrave, e ele acaba vendendo o leite e não consegue industrializar e o custo da qualidade é muito alto, e ele depende de recursos financeiros; então ele vai investir em benfeitorias e deixa de investir em produção e nunca mais sai desta situação (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Outra questão levantada nas entrevistas diz respeito às famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na região. Foi relatado que, após a conquista da terra, os produtores abandonam ou vendem barato o lote, pois não conseguem visualizar um futuro, ocasionando a saída principalmente do jovem rural. Um dos motivos apontados é a falta de infraestrutura nos assentamentos.

Nos assentados é um problema complicado o que está acontecendo. Eles ganham e arrendaram e não prestam este tipo de informação. A gente sabe só que você chega no lote só se está plantado soja; teoricamente deveriam morar lá. No momento em que você vai entrevistar a pessoa ele não vai dizer, ele deveria morar no lote, mais não mora mais, tem um negocinho não sei de que, em outro lugar e arrenda a terra para a produção de soja (Secretaria de Agricultura de Cruz Alta).

[...] Só gostaria de comentar em relação aos assentamentos: as famílias assentadas após a conquista da terra abandonaram ou venderam barato o lote pois não conseguem visualizar um futuro em cima desse lote. Através do último Censo, verificamos que aqueles que foram assentados nos últimos anos, na maioria não estão lá. [...] Para colocar seu leite no mercado precisam de estradas, e nós temos a mesma estrutura de estradas do interior de 20 anos atrás. São de péssima qualidade. Então nós não estamos fixando população no meio rural. Mesmo nas áreas de assentamento é observado que os jovens assentados, depois de formarem

no segundo grau e alguns poucos que se formam em nível superior, não estão ficando nas propriedades; eles estão migrando em grande parte para regiões industriais buscando emprego (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Na entrevista com o líder do Assentamento Seival, do município de Cruz Alta, a respeito da diminuição da população rural na sua localidade, foi possível confirmar o que foi descrito pelas demais instituições – a saída do jovem da atividade em busca de estudos, em razão da falta de incentivos para a diversificação na sua atividade, como a atividade leiteira, por exemplo.

A realidade que mudou é que a juventude está indo toda para o urbano. A intenção do jovem é se formar e ir para a cidade. Diminui o número de pessoas, algumas famílias vão para a cidade por causa da saúde, e outros venderam. [...] acontece isso aí; os pequenos produtores se obrigam a sair do meio rural porque não conseguem sobreviver porque nós na pequena agricultura se não conseguir diversificar, nós acabamos quebrando. [...] Acho que teria que incentivar que o jovem estude e trabalhe na propriedade, pois na cidade vai ganhar 700 reais por mês, tem que pagar luz, água, tem horário certo, e, assim, ele estando aqui na roça, se ele tivesse umas vaquinhas para produzir leite, não precisa muitas vacas para fazer isso, tu acorda cedo, tira o leite, larga as vacas no pasto, planta o pasto, e tem o dia inteiro livre para fazer o que quiser, não fica escravo do relógio, tu cuida tuas vaquinhas, de tarde tira o leite. Beleza! Quase não tem serviço aqui no interior (Líder do Assentamento Seival).

Foi indicado, ainda, pelo líder do assentamento, outro agricultor que, segundo ele, demonstra a intenção de ir para cidade. O entrevistado relata que a falta de estudos o obriga a permanecer na atividade, que arrendar parte das terras para a produção de soja a terceiros é a única alternativa viável no momento, pois não tem ninguém para ajudá-lo nas suas atividades e já está com idade avançada e os quatro filhos moram em outras cidades. Além disso, não tem estrutura para escoamento de sua produção de aves e suínos, tanto no que se refere às estradas precárias quanto às dificuldades de comercialização. Outra questão levantada por ele é a falta de maquinário

agrícola e o difícil acesso a ele, uma vez que os filhos foram embora e a idade avançada não lhe permite fazer o trabalho manual, problema que poderia ser minimizado com o uso do maquinário.

Aumento no Número de Idosos Aposentados no Meio Rural

Os resultados da pesquisa mostram que a segunda variável mais citada pelos segmentos entrevistados e que interfere na diminuição da população rural, é que após a aposentadoria dos produtores rurais estes preferem residir na cidade, pela facilitação de acesso a serviços básicos como a saúde, por exemplo, e seguindo os filhos que migraram em busca de estudos ou emprego, ou porque estão sozinhos e com a idade avançada, não conseguindo dar conta das rotinas diárias que a atividade rural exige, como se pode verificar neste relato:

[...] Produtor mais envelhecido e com pouca renda não serve de estímulo para que os filhos fiquem conduzindo as atividades, principalmente em modelos de culturas *comoditizadas* e com módulos menores de área. [...] O Brasil já deixou de ser de jovens em 2000. Então caminhamos rapidamente para o envelhecimento. O meio rural que envelhece rapidamente nos trará certamente alguns paradigmas para as próximas décadas quando esta população rural morrer. Quem ficará na atividade agropecuária? (Representante da Cotrijal).

Os pais que estavam na propriedade acabavam deixando um filho lá, se aposentam e vão atrás do filho que está estudando. Existem vários agricultores que residem no meio urbano e abandonam a suinocultura, o leite, mas mantém arrendado. Agora estou aposentado e não dependo mais trabalhar tanto, na mentalidade dele. Eles mentalizam: no momento em que me aposento eu vou morar na cidade. Diversos fatores fazem com que o produtor saia do campo e migre para a cidade em nosso município. Entre eles o principal é certamente a aposentadoria (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

Quem está ficando na agricultura são os mais velhos, os que estão aposentados, e os filhos que estudam não estudam para ficar lá. Não estão conscientizados de que têm que ficar lá; estão indo para a cidade e estão ficando lá só o casal de velhos. Às vezes fica o filho junto, às vezes fica o filho que mora mais próximo, na verdade, com o tempo, estes velhinhos acabam se sentindo sozinhos no interior e vendendo a propriedade e indo para cidade também, porque ficam mais perto dos recursos e com isso a grande propriedade vai aumentando e as pequenas vão terminando (Secretaria da Agricultura de Selbach).

A evolução da tecnologia o pequeno agricultor não consegue acompanhar e comprar equipamentos pois tem condições precárias para trabalhar. Os filhos dos agricultores vêm para a cidade e em consequência disso, os pais se sentem sós na agricultura, vendem sua propriedade e vêm para a cidade atrás deles (Secretaria da Agricultura de Ibirubá).

Nas entrevistas percebe-se que diversos fatores fazem com que o produtor saia do meio rural e migre para a cidade. Um dos principais é a aposentadoria. Como a atividade de produção de grãos, bem como a de pecuária, é hoje totalmente mecanizada, exigindo pouca mão de obra, o produtor que já trabalhou durante 60 ou 70 anos deixa seu sucessor na propriedade e migra para a cidade em busca de um melhor padrão de vida com o salário de aposentadoria, geralmente dos dois cônjuges. O filho que ficou no campo melhora o padrão de vida dos pais, contribuindo com tudo o que é produzido, como carnes, ovos, hortaliças, frutas, leite e seus derivados, mandioca, farinha de trigo, etc. Assim, parte da população com idade acima de 60 anos, que está no campo e algumas pessoas que estavam na cidade e voltaram ao campo onde têm propriedade rural, estão apenas aguardando sua aposentadoria para vir para a cidade.

Outro fator que faz a migração do campo para a cidade é o problema de doenças ou outro mal que limita as atividades rurais, pois estas devem ser feitas com sol ou chuva. A qualidade de vida encontrada na cidade é

importante, como o acesso a hospitais, farmácias e atendimento médico, além da participação em inúmeras atividades de terceira idade, tais como bailes durante o dia, atividades de ginástica, bingos, reuniões de grupos, etc.

[...] Acredito que os aposentados que saem das propriedades e vão para as sedes das comunidades ou para a sede do município. Existem vários programas hoje para a 3ª idade: grupos de hipertensos, diabéticos, ginástica, lazer (bailes). Outros programas que têm atraído pessoas para as cidades são a centralização dos estudantes, que antes estudavam em escolas do interior, programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, proximidade de hospital, posto de saúde, remédios, dentistas, PSF, tudo de graça (Emater de Fortaleza dos Valos).

Essa qualidade de vida também é oferecida no interior, mas muitos aposentados já não conseguem mais dirigir veículos para se deslocarem até a comunidade, ficando na dependência dos filhos que, muitas vezes, precisam ficar na propriedade trabalhando, impossibilitando a participação do homem rural nas atividades comunitárias.

Saída do Jovem do Meio Rural

Depois da inviabilização da pequena propriedade e da aposentadoria rural, pode-se dizer, pelos relatos das entrevistas, que a saída do jovem do meio rural é um fator que contribui de forma significativa para a diminuição da população rural. Questiona-se por que os jovens estão buscando o mercado de trabalho na cidade, não permanecendo para auxiliar na mão de obra rural. Segundo um dos entrevistados: “porque as universidades preparam o jovem para ser empregado ao invés de ser empreendedor” (Secretaria da Agricultura de Lagoa dos Três Cantos).

O presidente de uma cooperativa da região responde a esse questionamento da seguinte forma: “A falta de alternativa e de trabalho aos jovens, bem como a falta de incentivo para a sucessão para permanecer nas atividades dos pais, havendo a necessidade de imigrar para fora do município” (Representante da Cotribá).

Há vários fatores em relação ao êxodo rural. Muitos filhos de agricultores estão saindo para estudar e não retornam mais para o campo e aquele filho que fica, com o aumento do preço da área de terra, não tem condições financeiras para comprar dos irmãos indo também para a cidade, porém com menos estudos e maior dificuldade para sobreviver (Secretaria da Agricultura de Saldanha Marinho).

Em nosso município quem sai do meio rural são os jovens e também os aposentados. Compram ou constroem uma casa na cidade, pois a mentalidade destes é de que não sobra dinheiro, tem muito serviço, não dá mais. É muito difícil se escutar alguém dizendo que o meio rural é um bom lugar de se viver. [...] é que não sobra dinheiro no final do mês, mas fome não teve que passar, mas sobra o capital, que muitas vezes na cidade não se tem (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinze de Novembro).

A busca de um salário fixo, para que não necessite pedir aos pais, é uma questão cultural que favorece a saída do jovem do meio rural. Muitas vezes a busca por outras oportunidades é incentivada pela própria família. Outra questão que chama a atenção, durante as entrevistas, é que são as jovens quem mais deixam o meio rural. Tais preocupações são temas de diferentes relatos. Alguns serão apresentados a seguir:

Os jovens buscam novas alternativas de renda, pois os próprios pais não forneceram condições aos filhos em continuar, no sentido de incentivo “moeda”, salário, participação dos lucros. A velha praxe de se dizer “está trabalhando para você, para o que é seu” na concepção do jovem não basta. Além disso, o endividamento do meio rural torna a estada muito penosa, e faz o produtor vender a terra, entregar por dívidas ao banco ou outros credores, ocorrendo o êxodo rural (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Todo esse processo que vem ocorrendo na agricultura leva para um envelhecimento do meio rural, pois as famílias, além de terem poucos filhos, esses acabam indo para a cidade em busca de ganhos sem muito trabalho. Outro fator que nos chama a atenção é a masculinização do interior, pois as meninas são as que mais abandonam o interior ficando na agricultura apenas os homens (Emater de Salto do Jacuí).

Eu acho assim, no meu ver, e talvez eu esteja enganado, que nos últimos anos vem diminuindo o número de produtores que saíram do meio rural por que a própria produção do leite está melhorando. Quando sai acho que é por uma questão cultural. Por exemplo, um filho de agricultor que ir a um baile, pega 50 reais e vai, por isso é importante cada um ter a sua renda, e não precisar ficar pedindo dinheiro para o pai. E isso a cidade oferece. Eles vão buscar na cidade um salário fixo, mas teria que ter um salário fixo no meio rural (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá).

A falta de renda e de oportunidades para o nosso jovem, falta de incentivo muitas vezes pelos próprios pais, que ao invés de apoiar os filhos a permanecer no meio rural, ainda dizem para eles: vocês têm que estudar, procurar emprego, pois eu não quero que você sofra o que eu sofri, mas muitas vezes estes pais não têm noção do que é viver também na cidade com um salário não muito alto, que, em muitos casos, estes filhos no final de semana se não vão fazer o rancho em casa, passam necessidade (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selbach).

O grande número de aposentados que ficaram na propriedade rural e o jovem, filhos e netos, saindo para a cidade em busca de estudo, e trabalho em outras áreas. A dificuldade dos jovens em permanecer na atividade rural por falta de comprometimento e também poucas expectativas de renda. Ele não recebe salário dos pais. Na maioria das vezes o que torna muito difícil se identificar com o ramo agropecuário, já que se ele trabalhar na cidade, 8 horas por dia, terá seu salário garantido sem precisar trabalhar fora do horário, finais de semana e ainda ter lazer (Secretaria da Agricultura de Fortaleza dos Valos).

Um aspecto fundamental é a percepção que a população jovem tem quanto à dicotomia meio rural/urbano. No tocante à juventude proveniente da agricultura familiar, percebe-se que existe a noção de que no meio rural,

caso a propriedade tenha diversificação, a renda econômica é maior. A inexistência de vida social, no entanto, tem um peso significativo na tomada da decisão em morar no meio urbano, mesmo com ganhos mensais menores, pelo fato de poder estar inserido onde existe opção de vida social ativa.

Assim, as atrações que a cidade oferece, ante as limitações no meio rural, também são apontadas como variáveis importantes para que o jovem deixe o meio rural. “Atualmente a população jovem no meio rural vem diminuindo, o que reflete que eles venham em busca de maior planejamento: conforto na cidade (internet, diversão), bem como a necessidade da infraestrutura disponível, como abastecimento de água, saneamento, destinação do lixo e de uma renda mensal” (Emater de Ibirubá).

Eu vejo que o meio urbano apresenta várias atrações: questão de saúde, a pessoa fica doente no meio rural e não tem como ser atendido. A questão da vida social é uma atração forte, é uma coisa bem simples, que se houve corriqueiramente, um produtor rural dizer: eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei. Ele diz isso com muita seriedade, que isso para ele é a realidade e realmente ele não quer, embora a academia e o pesquisador veja isso com outros olhos, que ele deveria ficar lá, e ele não pensa assim. Ele diz: olha, eu aqui não fico mais porque eu fiquei fora de oportunidades, como TV a cabo, farmácia, mercado. O meio urbano exerce uma atração muito forte. Então só fato de ele dizer que não quer que seu filho tenha a vida que teve, é um sinal que a vida que ele teve deve ter investigada, principalmente a academia, que acha que ele deve ficar lá (Secretaria da Agricultura de Cruz Alta).

Nos relatos foi observado que está mudando o perfil do jovem no meio rural, e que este está, cada vez mais, perdendo as características de agricultor e o vínculo com a natureza.

[...] até o perfil dos jovens no meio rural mudou. Tu via antes as pessoas de pele escura que eram de pele clara, hoje o perfil é pele clara, obesa e de moto. E ninguém pegando na enxada. A pesquisa do Orçamento

Familiar – POF – demonstra que o jovem urbano é mais alto que o jovem rural, até por falta de atividades físicas. Na área rural as pessoas têm tudo nas mãos (Agência do IBGE de Cruz Alta).

Muitos jovens também migram para a cidade para viabilizar o acesso ao estudo, não retornando ao meio rural depois de formados. “Consideramos como uma das principais causas a falta de sucessão da terra, os filhos que vão estudar na cidade e acabam não voltando para as comunidades forçando os pais a venderem ou deixar a terra e se mudar para o meio urbano” (Emater de Salto do Jacuí).

Muitos também migram para as cidades em busca de informações (estudos), pois precisam se deslocar para outros centros maiores como Passo Fundo ou Cruz Alta para fazer uma faculdade, dificultando a vinda todo o dia do interior. Após fazer uma faculdade também não retornam mais ao interior, preferindo ser assalariado a ser proprietário (lei do menor esforço) (Emater de Ibirubá).

[...] A juventude é quem mais sai do interior, pois a mesma está se evadindo do meio rural para centros urbanos, muitas vezes na busca de estudos até a conclusão de ensino superior, e depois não retornam mais para o meio rural; além de jovens que buscam emprego nos centros urbanos, onde possam ter renda mensal regular própria e mensal, sem depender dos pais (Emater de Santa Bárbara do Sul).

Em alguns municípios, especificamente Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos e Não-Me-Toque, acredita-se que a oportunidade de emprego gerado, principalmente pela indústria, transferiu cada vez mais jovens filhos de agricultores para os centros urbanos, o que dificulta cada vez mais a sucessão rural. “Nos últimos anos com a economia e a produção em alta, os jovens se deslocaram do interior para a cidade em busca de emprego. A oferta de emprego está maior que o material humano disponível (Sindicato Rural de Não-Me-Toque).

O número de famílias está diminuindo consideravelmente. Os filhos estudam, se formam e não voltam mais para a propriedade. Existe uma cultura de que é bom ter salário fixo no final do mês, principalmente oportunidade de emprego gerado principalmente pela indústria. A tecnologia substitui a mão de obra, o filho se torna ocioso na propriedade (Secretaria da Agricultura de Lagoa dos Três Cantos).

Há uma percepção geral dos entrevistados de que o fechamento de escolas no meio rural, o modelo de ensino das que ficaram, o transporte escolar que tirou a criança de lá e o Ensino Médio voltado para assuntos que não estão relacionados ao meio rural, são responsáveis pela não permanência do jovem nas suas atividades rurais.

As famílias, especialmente da agricultura familiar, envidam todos os esforços para proporcionar estudo a seus filhos para que busquem outras alternativas de trabalho e renda fora das propriedades. As famílias e as escolas do meio rural ou da cidade pouco ou nada utilizam os elementos do meio para dizerem aos filhos as vantagens e a qualidade de vida que se tem no meio rural, mal sabem que têm inúmeras profissões do meio urbano que exercem o trabalho bem mais penoso que os agricultores, sem se falar no compromisso, responsabilidades, horário a cumprir. Não avaliam o custo de vida de morar numa cidade onde tudo deve ser comprado, se iludem apenas com o valor dos salários. Outro aspecto importante é que as escolas em geral preparam para o vestibular. Além disso tem o Peis,⁴ aquisição de bolsas de estudo por parte do governo, financiamentos altamente subsidiados para quem estuda em universidades particulares, etc. (Emater de Fortaleza dos Valos).

[...] Em relação à educação é notório que os professores são todos da cidade. O material utilizado – os exemplos do dia a dia – são urbanos. Não se usa os exemplos de cálculos e ciências e outros baseados na realidade dos alunos. Tudo é urbanizado. Em muitos casos até a escola é fechada no interior e os alunos levados pelo transporte escolar para estudar na cidade (Emater de Salto do Jacuí).

⁴ Programa de Ingresso ao Ensino Superior.

Na maioria dos casos são os jovens que saem do meio rural para estudar, e com isso acontecem duas coisas: uma a educação que recebem é totalmente voltada aos grandes centros urbanos, não tendo nada de motivação ou formação para o meio rural, e a outra é a absoluta falta de renda na agricultura principalmente a agricultura familiar (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque).

Hoje a televisão está educando nossos filhos, e aí quando vêm para a cidade, na verdade a saída das escolas do meio rural, e aquilo que sobra e fica no interior é muito ruim. Os que vão é por causa de alguns avanços de fim de carreira. A professora está prestes a se aposentar e fica mais dois ou três anos, e acabam se acomodando. Em alguns municípios do interior a educação é muito ruim. O aluno está lá na terceira série e não sabe ler nada. O que vai acontecer com este aluno? Ele vai vir para a cidade e vai ter uma diferença muito grande. As estradas são precárias, e os alunos têm que faltar três dias por falta de condução. É difícil. Nem o professor quer ficar lá e o aluno perde o ânimo de ir para a aula (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta).

O pensamento de um dos entrevistados resume os demais: “Acredito que em função do crescimento das famílias, a divisão das heranças, falta de rentabilidade no campo, da necessidade dos filhos destes produtores saírem de suas cidades para cursar uma faculdade, este filho não regressa mais para a propriedade rural” (Sindicato Rural de Tapera e Selbach).

Modernização Tecnológica Induzindo à Concentração Fundiária

Os resultados da pesquisa também evidenciam que há fatores que impactaram, a partir de 1970 e 1980, como o incremento da modernização do campo e lavoura. Havendo necessidade de menos pessoas no meio rural, um grande contingente migrou para a cidade, concentrando-se, em grande parte, na periferia das cidades. Este processo leva ao seguinte questionamento: Até que ponto o padrão de vida de periferia está ligado ao perfil das

pessoas que saíram do meio rural? Ainda hoje a utilização da modernização agrícola continua inviabilizando o pequeno produtor, processo que resulta em concentração de terra, por meio de arrendamento ou compra por parte dos grandes agricultores.

[...] a realidade está estampada no rosto de cada agricultor e agricultora do Alto Jacuí e demais regiões, é a falta de opção hoje, não tem renda fixa e com isso o agricultor sofre com essa situação e também a agricultura de alta tecnologia levou embora muitas propriedades. Este é o motivo do esvaziamento do campo em nossa grande região (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

A agricultura, hoje, não é dependente de mão de obra, visto que a tecnificação diminuiu drasticamente a ocupação de mão de obra. Como consequência, diminuição de número de produtores rurais, mas mantendo duas separações bem-distintas, o pequeno produtor e o médio/grande produtor, poucos, mas já adaptados a esta realidade. Tudo isso, considerando as questões de informação e de planejamento de propriedade, este é um sistema fortemente excludente e cruel, porque concentra as terras e a renda na mão de poucos (Secretaria da Agricultura de Tapera).

Uma questão colocada nas entrevistas é que esse processo de modernização e mecanização, ou modelo econômico, exige áreas maiores, tendo que plantar mais, colhendo mais para ter lucro semelhante ao que se tinha antes, diminuindo a necessidade de mão de obra, principalmente quando a matriz produtiva predominante é a de grãos.

[...] A mecanização é responsável pela diminuição da população rural, pois, mesmo aumentando o tamanho das propriedades, a máquina tem conseguido compensar a falta de mão de obra e efetuar eficientemente as tarefas que demandam numa propriedade rural (Emater de Quinze de Novembro).

[...] A menor necessidade de mão de obra para os afazeres agrícolas, a diminuição dos postos de trabalho, a tecnologia preconizada e adotada, a falta de discussão sobre todo este processo e a inação dos poderes públicos da região. [...]. É decrescente a necessidade de mão de obra no campo a partir do momento que temos como predominante, e cada vez mais, a matriz produtiva de grãos e a crescente mecanização do setor, a inviabilização econômica dos pequenos e médios agricultores acaba por proporcionar a concentração de terras e renda através do arrendamento ou venda a agricultores com maior capacidade econômica (Emater de Ibirubá.

[...] A transformação que aconteceu em nosso município é por causa da modernização. Modernização que exclui e escraviza o pequeno produtor rural. Estamos muito preocupados com o esvaziamento do meio rural. O pequeno produtor não tem mais opção de diversificação rentável em sua propriedade. Nas entidades ainda temos o compromisso de buscar alternativa que viabiliza as propriedades. É preciso que façamos alguma coisa que convença o pequeno produtor para que fique no meio rural com alternativa rentável (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Também a mudança tecnológica, por meio do plantio direto e do uso de sementes transgênicas, foi considerada como um fator de redução da necessidade de mão de obra rural, pois, segundo os entrevistados, trouxe consigo produtividade e a necessidade de máquinas e equipamentos maiores.

O sistema de plantio direto, no sistema convencional de produção, baseado na transgenia/dessecação veio a facilitar sobremaneira o processo de produção. Esta “facilitação”, sem sombra de dúvidas, tornou obsoleto um grande número de postos de trabalho e possibilitou a consolidação da tecnologia, mesmo com seu maior custo (Emater de Cruz Alta).

Percebe-se que, de um modo geral, os segmentos entrevistados acreditam que os agricultores que produzem acima da média apropriam-se de ganhos por algum tempo. Os que produzem abaixo da média acabam

saindo da atividade, elevando a média de produtividade, exigindo, dessa forma, novo incremento de produtividade por intermédio da incorporação tecnológica do sistema produtivo.

A percepção de algumas instituições é que toda essa modernização pela qual passou o meio rural transformou o agricultor em empresário rural, o que o leva a buscar conhecimentos para sua capacitação na tentativa de uma visão administrativa, a fim de gerir sua propriedade e atingir seus objetivos. “[...] os produtores que não estiverem atentos pela busca da informação, futuramente terão grandes dificuldades em administrar suas propriedades”. (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

A Contribuição dos Grandes Produtores para a Diminuição da População no Meio Rural

Os produtores que possuem grandes áreas, considerados pelos segmentos entrevistados como “grandes produtores”, contribuem para a diminuição da população rural de várias formas: buscando áreas para produzir em outras regiões do Estado e do país e, dessa forma, transferindo-se para a região, ele ou parte da família, comprando ou arrendando áreas de outros produtores que deixaram o meio rural, estimulando, assim, a concentração de terra e, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra, fato considerado pelos entrevistados como “especulação imobiliária”. Além disso, a mão de obra contratada por esses produtores, na maioria das vezes, é temporária e reside no meio urbano ou, ainda, grande parte desses produtores está residindo na cidade, caracterizando migração interna nos municípios. “São os grandes produtores profissionalizados que têm condições de absorver as propriedades que se tornaram inviáveis ou que tenham se transferido para a cidade ou para outra região produtora” (Sindicato Rural de Colorado).

O aumento de renda dos grandes proprietários estimula a aquisição de mais áreas, praticando muitas vezes valores absurdos por imóveis rurais. Exercem uma pressão econômica e social aos pequenos, que, sem estrutura e sucessão dentro da propriedade, as vendem (Emater de Quinze de Novembro).

Um dos entrevistados retrata o que foi descrito pelos demais:

É necessário distinguir duas situações. Os produtores capitalizados têm comprado áreas em outras regiões e os filhos têm migrado para estas áreas e continuado as atividades. Existem informações de que as áreas de produtores de Tapera fora do município atingem em torno de 70.000–80.000 ha. Portanto, a diminuição da população rural nos estabelecimentos com áreas maiores deve-se ao fato de tocar o negócio em outros locais. Também deve-se considerar que os produtores proprietários de estabelecimentos médios a grandes residem na cidade (família toda), caracterizando, desta forma, uma migração interna. Por outro lado, a concentração fundiária leva a uma diminuição da necessidade de mão de obra, sendo que a mão de obra disponível fica ociosa uma parte considerável de tempo (Emater de Tapera).

Além da migração, é considerado pelos segmentos rurais entrevistados também como fator de diminuição da população rural o planejamento familiar. A população rural diminuiu porque reduziu, principalmente, o número de pessoas por família. “Enquanto nas décadas passadas o número de filhos por família ultrapassava a dez, hoje o máximo são três filhos por família” (Secretaria da Agricultura de Selbach).

[...] Tivemos no decorrer do período de 1970 pra cá um envelhecimento da população rural. Juntamente com isso, reduziu o número de filhos tanto na área urbana quanto rural. As mulheres diminuíram a fecundidade, diminuiu a natalidade. O que ocorreu também neste sentido, nestas últimas décadas, foi a disseminação do planejamento familiar, controle de natalidade e estabilização de conscientes nas periferias dos municípios, onde os governos estaduais incentivaram, através da sua secretaria

da saúde, gabinete das primeiras damas, políticas fortes na área social, voltadas para que a população de periferia tivesse menos filhos que repercutiu também para não termos um crescimento demográfico forte, como era há três, quatro décadas atrás (Agência do IBGE de Cruz Alta).

A falta de uma política agrícola, que garanta renda para os produtores, foi destacada por apenas dois representantes dos segmentos rurais. “A falta de renda do produtor causada por uma política agrícola ineficiente, pois não existe um seguro agrícola que realmente cubra os custos de produção, e falta de preços mínimos que realmente sejam cumpridos” (Sindicato Rural de Cruz Alta).

A falta de incentivo para a agricultura tem um impacto direto para o êxodo rural em nossa região. A agricultura tem uma forte influência sobre o PIB brasileiro, sendo que, por esse motivo, necessita de políticas agrícolas específicas e concretas que não existem na prática (Sindicato Rural de Santa Bárbara do Sul).

[...] é difícil entender porque as pessoas vêm para a cidade. Alguns não têm conhecimento para poder trabalhar no comércio da cidade. Eu acho que a falta de investimento em diversos setores, como saúde, dificuldade em financiamentos em bancos, principalmente pelos efeitos do clima, muita seca e dificuldade deles aprenderem a diversificar a propriedade rural, alguns só plantam as mesmas coisas, não têm renda de exemplo de fruticultura, olericultura a falta de transformarem seus produtos em produtos artesanais para vender em feiras, então a população vem diminuindo significativamente (Inspetoria Veterinária de Salto do Jacuí).

Pelos relatos foi possível fazer a seguinte estratificação: jovens de até 30 anos são considerados pelos entrevistados uma população altamente instável, propensos a sair da agricultura; os agricultores de meia idade (31 a 54 anos) vão ficando, pois estão para se aposentar ou não querem mais se arriscar em outras atividades. Normalmente preparam os filhos para saírem da propriedade, muitas vezes para não repartirem a renda escassa baseada

praticamente na monocultura da soja; e os aposentados, que em grande parte procuram os núcleos das comunidades ou a sede municipal, e normalmente arrendam a propriedade para familiares ou terceiros.

Segundo o responsável pela Agência do IBGE de Cruz Alta, a média por domicílio, que era de 4 a 5 pessoas, com os dados registrados no censo de 2010, mostra que atualmente essa média é de 2,5 pessoas. Esse dado repercute, primeiro, porque não há um crescimento tão rápido como antes, mudando o “raio x” da população rural, que continuará cada vez mais decrescendo, tendo um número maior de homens do que de mulheres, e na cidade bem mais mulheres do que homens. Então, o quadro do processo de desenvolvimento ou da demografia brasileira atinge hoje um padrão e não é o caso da região do Alto Jacuí apenas. Segundo o entrevistado, em todo o Brasil o processo de migração e o de envelhecimento da população e da natalidade e fecundidade atinge padrões muito mais rápidos do que aconteceu na Europa. Ainda, segundo o entrevistado, atualmente muitos produtores levam as pessoas da área urbana para trabalhar nas granjas em épocas de plantio, de colheita ou tratos culturais, e essas pessoas também possuem o número de filhos bem-reduzido. Então, em uma granja, se havia duas casas, com o homem, a mulher e mais os filhos lá morando, durante o ano inteiro, o número de pessoas era bem maior do que é hoje.

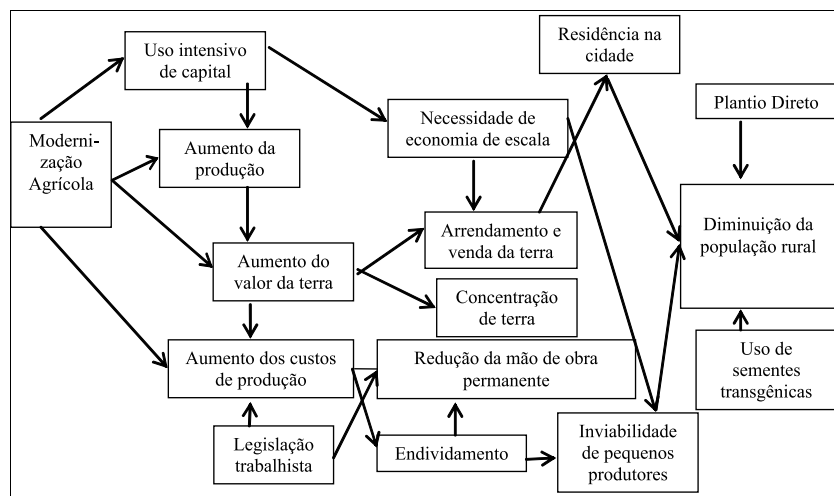
Assim, esse contexto traz um forte impacto com a diminuição da população e, conseqüentemente, na sucessão rural. Além disso, há o problema da adaptação ao meio urbano, pois, ao contrário dos anos 70, quando o mercado absorvia em alguns empreendimentos a grande quantidade de pessoas saindo do meio rural, sem exigir qualificação, atualmente esgotou-se essa ocupação de mão de obra nos centros urbanos e também na área rural, e a população começou a migrar, então, para outros centros, onde há fábricas, indústrias ou até pessoas do campo que migraram na busca de novas fronteiras agrícolas, como Santa Catarina, Oeste do Paraná, Mato Grosso, Goiás,

Piauí. Não podem ser ignorados os efeitos negativos da saída de pessoas da atividade rural, na medida em que a emigração causa desenraizamento e tem custos sociais e emocionais para os migrantes e para toda a sociedade.

Finalizando esta discussão, há que salientar que, em muitas vezes, as razões apontadas para a diminuição da população rural se misturam na fala dos entrevistados, não sendo possível separar os fatores que aparecem repetidamente e imbricados, apesar da tentativa de sistematização, separando-os em itens isolados.

Praticamente todos os segmentos rurais dos 14 municípios da região do Alto Jacuí, pertencentes ao Corede Alto Jacuí, foram ouvidos. A Figura 1 propõe uma sistematização da diminuição da população rural na região do Alto Jacuí, a partir desta pesquisa.

Figura 1 – Fatores intrínsecos ao modelo de desenvolvimento agrícola que contribuem para a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí



Fonte: Elaborada pelos autores, 2011.

Quanto aos fatores responsáveis pela diminuição da população rural na região, pode-se dizer que a inviabilização econômica dos pequenos produtores dedicados exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, as

dificuldades de partilha da terra, o seu elevado preço, o aumento no número de idosos aposentados no meio rural, a saída do jovem do meio rural em busca de um salário fixo ou para viabilizar o acesso ao estudo e a modernização tecnológica induzindo à concentração fundiária, são os principais fatores que contribuem para a diminuição da população no meio rural, além da migração e do planejamento familiar.

Considerações Finais

Pode-se dizer que não se espera que esse modelo de agricultura vá integrar ou reintegrar pessoas no meio rural ou ao sistema produtivo. Um modelo altamente usuário de insumos externos, sabidamente finitos e que, de certa forma, são cada vez mais empurrados para o agricultor, aumentando a produtividade, e, da mesma forma, os seus custos, é um modelo que não está calcado na rentabilidade do agricultor. Um grande problema da diminuição da população rural é a falta de renda.

Como “fixar” jovem no meio rural se não há renda. Na análise da área agrícola da região do Alto Jacuí percebe-se que a grande maioria são pequenos agricultores, de 10, 20, 30 hectares e dependentes da produção em escala. É uma situação altamente vulnerável, dependente das benesses do sistema financeiro, de prolongamentos de dívidas, abatimentos de juros, entre outras reivindicações, não gerando a receita necessária para dar a qualidade de vida adequada para esses jovens rurais. A palavra fixação é totalmente descabida. Há que se permitir que aqueles jovens que queiram ficar tenham oportunidade para tal. As pessoas jovens que ficam no meio rural, a maioria, a grande maioria, fica por falta de opção. Como fazer, no entanto, uma opção por uma atividade que não lhe dá receita, posto que o modelo se consolida a partir do crescimento da escala?

Outro fator apontado é o envelhecimento da população rural. Se por um lado a questão do envelhecimento representa um avanço de qualidade de vida da população, por outro impõe uma importante responsabilidade

sobre as políticas públicas tanto no meio rural quanto no urbano. As políticas setoriais de acesso à saúde perpassam todas as demais, não somente com relação a tratar os desafios do envelhecimento, mas, sobretudo, visando à construção de um entorno favorável para que este produtor possa optar pela sua continuação no meio rural.

Ao concluir este estudo, pode-se afirmar que neste cenário de diminuição da população rural a agricultura, que é um elemento importante para o desenvolvimento rural, representa um potencial de melhoria da qualidade de renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo de desenvolvimento agrícola vigente.

O modelo produtivo agrícola da região, alicerçado principalmente na produção de soja, tem alcançado rentabilidade somente quando atrelado à economia de escala, aguçando o antagonismo entre os grupos (pequenos e grandes produtores). O lucro acumulado pelos produtores que possuem grandes propriedades de terra lhes permite manter sob controle as perspectivas de expansão dos pequenos produtores, regido principalmente pela valorização da terra e atrelado ao preço da soja. Este fato ocorre porque o aumento da área produtiva é percebido como condição básica para evoluir economicamente, mas no momento em que apenas um grupo se capacita para adquiri-la esta condição frustra as aspirações dos demais produtores e promove a migração do meio rural. O mercado da soja é o mecanismo regulador da produção e do valor da terra e, portanto, da riqueza e da pobreza.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1, jan./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C.; NICOL, Robert. *Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. 335p.

ALÉSSIO, Atilio. *As relações entre os grupos rurais de Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 193p.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126p.

FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2001. 356 p.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1998. 211p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

JOHNSTON, Bruce; MELLOR, John. The role of agriculture in economic development. *American Economic Review*, v. 51, n. 4, p. 40-52, 1961.

KAGEYAMA, Ângela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 229p.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática & ensaio sobre a população*. **Notas aos Princípios de economia política de Malthus**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

MASSEY, D. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. *Population Index*, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972. 239p.

RIBEIRO, José Luis Duarte; NODARI, Chistine Tessele. *Tratamento dos dados qualitativos: técnicas e aplicações*. Porto Alegre: PPGEQ; UFRGS, 2001.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 1817. 488p.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. 649p.

SCHNEIDER, Sérgio. Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA PPGE-PUCRS e FEE, 1., 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FEE, 2002. p. 669-694.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas (SP): Autores Associados, 2003. 304p.

Recebido em: 6/9/2013

Aceito em: 13/1/2014